



BULLYING RACIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A FIGURA DA MULHER NEGRA NO ACOLHIMENTO DA DOR DA COR DA PELE: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Gisele Pires da Silva¹

Maria Cristina Schefer²

Resumo: Este artigo, excerto de dissertação de mestrado em desenvolvimento, apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre o *bullying* por injúria racial na Educação Básica e o feminismo negro. Para tanto, foi consultada, principalmente, a plataforma de busca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Optamos por publicações de mestres e doutores no período dos últimos 10 anos, a fim de mapear tanto as permanências quanto as divergências e/ou inovações nas pesquisas sobre as temáticas. Neste empreendimento investigativo, concluímos que: a) é comum a violência escolar ou o *bullying* racial na Educação Básica, bem como a negação desses eventos por profissionais da escola; b) o processo de empoderamento negro tem sido garantido pelas mulheres negras.

Palavras-chave: Educação Básica; *Bullying* Racial; Violência Escolar; Feminismo Negro.

RACIAL BULLYING IN BASIC EDUCATION AND THE BLACK WOMAN FIGURE IN RELIEVING THE PAIN OF THE SKIN COLOR: A BRIEF LITERATURE REVIEW

Abstract: This paper, which is an excerpt from an ongoing master's study, presents a brief literature review of both racist bullying in Basic Education and black feminism, based mainly on the Scientific Electronic Library Online (SciELO) platform. We selected masters' and PhDs' works published over the last 10 years, in order to map permanencies

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional de Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul / UERGS - Litoral Norte. Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Diversidade Étnico Racial, Direitos Humanos (GEDERDH), vinculado ao CNPq. gisele-silva@uergs.edu.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1209-5073> .

² Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional de Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul / UERGS - Litoral Norte. Linha III. Pedagoga no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFRS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Educação, Diversidade Étnico Racial, Direitos Humanos (GEDERDH), certificado pela UERGS junto ao CNPq. maria-schefer@uergs.edu.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7933-0093> .



and divergences and/or innovations in research on those topics. In such investigation, we have concluded that: a) school violence or racist bullying are usual in Basic Education, and so is the denial of this kind of event by school professionals; b) black women have guaranteed the process of black empowerment.

Keywords: Basic Education; Racist Bullying; School Violence; Black Feminism.

BULLYING RACIAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA Y LA FIGURA DE LA MUJER NEGRA EN EL AMPARO DEL DOLOR POR EL COLOR DE LA PIEL: UNA BREVE REVISIÓN DE LITERATURA

Resumen: Este artículo, trecho de la disertación de maestría en desarrollo, presenta una breve revisión bibliográfica sobre el *bullying* por injuria racial en la Educación Básica y el feminismo negro. Para esto, fue consultada, principalmente, la plataforma de búsqueda Scientific Electronic Library Online (SciELO). Optamos por publicaciones de maestros y doctores en el periodo de los últimos 10 años, con el fin de mapear tanto las permanencias como las divergencias y/o innovaciones en las investigaciones sobre las temáticas. Con este emprendimiento investigativo, concluimos que: a) es común la violencia escolar o el *bullying* racial en la Educación Básica, así también como la negación de tales eventos por profesionales de la escuela; b) el proceso de empoderamiento negro ha sido garantizado por las mujeres negras.

Palabras-clave: Educación Básica; *Bullying Racial*; Violencia Escolar; Feminismo negro.

HARCELEMENT RACIAL A L'ÉDUCATION DE BASE ET LA FIGURE DE LA FEMME NOIRE FACE A LA DOULEUR DE LA COULEUR DE LA PEAU : UNE BREVE REVISION DE LA LITTERATURE

Résumé: Cet article, extrait d'un travail de maîtrise en développement, présente une brève révision bibliographique sur le harcèlement par injures raciales à l'éducation de base et sur le féminisme noir. À cet effet, la plateforme de recherche Scientific Electronic Library Online (SciELO) a été consultée. Nous avons sélectionné des publications de dissertations de maîtrises et de thèses de doctorat au cours des 10 dernières années, afin de cartographier à la fois les permanences et les divergences et/ou les innovations dans la recherche sur les thèmes en question. Dans cet effort d'enquête, nous concluons que : a) la violence à l'école ou l'intimidation raciale est courante à l'éducation de base, ainsi que le déni de ces événements par les professionnels de l'école ; b) le processus d'autonomisation noir est garanti par les femmes noires.

Mots-clés: Éducation de Base ; Harcèlement Racial ; Violence à l'École ; Féminisme Noir.

INTRODUÇÃO



O presente estudo consiste em uma breve revisão bibliográfica com o propósito de discorrer sobre Educação Básica, *bullying* racial, violência escolar e feminismo negro. Trata-se de um excerto de projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Mestrado Profissional (PPGED-MP) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), dentro da Linha de Pesquisa III: Inovação, Diversidade e Memória em Educação, e vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação Diversidade Étnico-Racial e Direitos Humanos (GEDERDH) / CNPq.

Entendemos que abordar a temática da violência escolar associada à questão da “cor da pele” é apontar para a manutenção do racismo estrutural, negado pela ideia de democracia racial, muito bem acomodada no imaginário do brasileiro. Dito isso, este estudo apenas ressalta o que a mídia mostra diariamente – que as “balas perdidas” têm como alvo os corpos negros, que há uma (re)produção permanente de preconceitos gerando a discriminação étnico-racial no Brasil e nas escolas brasileiras. Estas são rotinas perversas que necessitam de intervenções urgentes.

Todo novo estudo logra pertencer a um determinado campo teórico-conceitual, resultante de caminhos já trilhados por outros pesquisadores, que ora convergiram, ora divergiram em termos de perspectivas para a problematização. Trazemos aqui uma breve pesquisa bibliográfica, pois, segundo Fonseca (2002, p. 32), “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Neste texto, a temática da violência escolar será abordada, tendo a cor da pele como marcador de diferença para depreciação humana, em meio ao preconceito e à discriminação. Ao mesmo tempo, pretendemos verificar de que forma as mulheres negras podem contribuir para o empoderamento do povo negro em geral, minimizando as dores da cor. Desse modo, já antecipamos possível relação entre o papel do feminino e ou do feminismo negro e a superação dos traumas do *bullying* racial, enquanto motivação para a ida a campo no estudo em desenvolvimento.

A seleção dos artigos para esta análise foi realizada entre os meses de outubro de 2019 e maio de 2020. Para a busca, utilizou-se a plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), priorizando-se artigos escritos por mestres e doutores (nos últimos 10 anos), apresentados e analisados cronologicamente, a saber: 1) Negro e educação: apontamentos nos estudos dos anos 1980 e 1990, de Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva, Raquel Amorim dos Santos e Wilma de Nazaré Baía Coelho (2014); 2) As



práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras, de Danielle Celi dos Santos Scholz, Marta Irís Carmargo Messia da Silveira e Paulo Roberto Silveira (2014); 3) Construção da identidade negra na sala de aula: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder, de Náíade Cristina de Oliveira Mizael e Luciane Ribeiro Dias Gonçalves (2015); 4) Um não-lugar escolar para crianças afro-descendentes da periferia das periferias, de Maria Cristina Schefer e Gelsa Knijnik (2016); 5) Memórias de estudantes negras: “ex alunas pretinhas” do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, de Maria Cristina Schefer (2017); 6) As abordagens das mulheres negras como uma proposta afrocentrada de decolonialidade nas Américas, de Janine Nina Fola Cunha (2017); 7) Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate, de Mônica Conrado e Alan Augusto Moraes Ribeiro (2017); 8) O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso, de Patrícia Hills Collins (2017); 9) Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira, de Ângela Figueiredo (2018); 10) Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional, de Viviane Inês Weschenfelder e Elí Terezinha Henn Fabris (2019).

A apresentação e as análises dos estudos revisados foram organizadas em dois tópicos, conforme segue: *BULLYING POR INJÚRIA RACIAL E O CORPO NEGRO NA ESCOLA*, em que discutimos o *bullying* por injúria racial e o corpo negro na escola; na sequência, *FEMINISMO NEGRO, RESILIÊNCIA E DE PODER PARA O POVO NEGRO*, em que intensificamos o debate sobre o feminismo negro, fonte de resiliência e de poder para o povo negro. Vale, de antemão, informar que o feminismo é entendido por nós como a posição ocupada pelas mulheres na estrutura desigual das relações de poder quando tratamos de gênero, raça e classe.

BULLYING POR INJÚRIA RACIAL E O CORPO NEGRO NA ESCOLA

Desde o início do século XX, tem havido uma reflexão sobre educação e relações raciais. Não é uma discussão recente, e precisamos seguir problematizando o tema sob a perspectiva de subversão de valores discriminatórios.

No artigo “Negro e educação: apontamentos nos estudos dos anos 1980 e 1990”, de autoria de Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva, Raquel Amorim dos Santos e

Wilma de Nazaré Baía Coelho (2014), encontramos um balanço geral de pesquisas educacionais, considerando produções acadêmicas de abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica. O objetivo do estudo foi estabelecer um marco referencial, intercambiando com as mudanças efetivadas na área educacional no referido período no tocante às relações raciais. As autoras não tiveram a pretensão de desenvolver uma análise histórica, mas sim de compreender as fragilidades de estudos acerca da temática do racismo no campo educacional na sociedade brasileira. Elas concluíram que

os trabalhos relativos à população negra ocupam um lugar periférico na historiografia, em função de certa insistência em negar a condição de agente social para este grupo racial (...) esta ausência tem relação com dois fatores relacionados: por um lado, o racismo; por outro, o fato de isto não ser um problema considerado pelo *campo*. (SILVA, SANTOS e COELHO, 2014, p. 141).

As autoras, partir da noção conceitual de Pierre Bourdieu (1983; 1998; 2003; 2010) de campo social como espaço de lutas e de poder, entendem que há um tensionamento causado pelo racismo e sua invisibilidade nos espaços educacionais. Silva et al ressaltam que as décadas de 1980 e 1990, nas quais centraram seus estudos, foram

marcadas por análises sociológicas que demonstravam os diversos padrões de desigualdades que acompanhavam os brancos e os negros em suas diversas experiências e, sobretudo as educacionais. A compreensão quanto a esta diferença, permeou os estudos e foi um elemento fundante para a compreensão acerca da reprodução das desigualdades e também para a construção de um movimento, não apenas político e social, mas principalmente educacional que intencionava que os pesquisadores reconhecessem a importância da categoria *raça* para a compreensão da sociedade brasileira. (SILVA, SANTOS e COELHO, 2014, p. 147, grifo das autoras).

Nesse sentido, entendemos que é de suma importância reconhecer a categoria raça, com toda a sua riqueza e diversidade, para melhor compreensão da própria constituição da sociedade brasileira. Cabe-nos, como pesquisadoras em 2020, evidenciar que a discriminação racial não cessou, que o campo educacional ainda carece das transformações reivindicadas há 30 anos, sobre as quais refletiram Silva *et al.* (2014).

No estudo, também de 2014, intitulado “As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras”, Danielle Celi dos Santos Scholz, Marta Iris Carmargo Messia da Silveira e Paulo Roberto Silveira evidenciaram a manutenção de práticas racistas no espaço escolar e sua relação com a saúde mental de crianças negras.



Os autores demarcaram a escola como espaço de práticas racistas e o professor como alguém pouco atuante, quase permissivo, em eventos dessa natureza, evidenciando um “prejuízo no desempenho escolar dos alunos negros devido às práticas racistas vivenciadas na escola; e a particularidade da precária situação de acesso e permanência dos alunos negros na educação infantil”. (SCHOLZ, SILVEIRA, SILVEIRA, 2014, p. 65).

Além de ratificarem no estudo, constantemente, a perpetuação de práticas racistas no espaço escolar, os autores observaram que há a negação dessas práticas nas escolas e que os profissionais costumam atribuir o fracasso escolar de crianças e jovens negros exclusivamente a uma questão familiar ou econômica, desconsiderando o peso que o pertencimento racial tem sobre suas trajetórias. Mais do que isso, o estudo evidenciou que muitos professores, mesmo que sem consciência plena, discriminam alunos negros, dando-lhes atenção inferior à dispensada aos alunos brancos.

Pode-se dizer, assim, que a escola interfere na saúde mental dos estudantes negros, pois opera na “construção da identidade dos alunos negros permeada pelas práticas racistas [...] ambiente no qual as crianças negras são discriminadas pela sua raça/cor e/ou etnia e sofrem com o racismo velado socialmente disseminado” (SCHOLZ, SILVEIRA, SILVEIRA, 2014, p. 70). Analisando os diferentes aspectos abordados nesse estudo, entendemos a relevância social que a escola tem como desencadeadora e reprodutora de racismo e de discriminação racial na sociedade e, conseqüentemente, de mantenedora do sofrimento da população negra – em suma, percebem-se os efeitos do mascaramento desse tipo de violência escolar.

De modo semelhante, a discriminação invisibilizada pela figura do professor foi evidenciada, em 2015, no artigo intitulado “Construção da identidade negra na sala de aula: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder”, de Náíade Cristina de Oliveira Mizaél e Luciane Ribeiro Dias Gonçalves. As autoras buscaram compreender como os sujeitos constroem conhecimentos sobre determinadas realidades em seu cotidiano e como os alunos negros vivenciam, junto aos alunos brancos, as relações raciais na rotina da sala de aula, em uma dinâmica constante de produção de saberes.

O estudo foi realizado em uma escola estadual de Ituiutaba (MG), em uma sala de quinto ano do Ensino Fundamental, durante três meses. A partir da observação sistemática, as autoras constataram que a “construção de um olhar mais alargado para os



valores e as representações com que crianças e jovens negros são confrontados em sala de aula durante a formação de sua identidade é de suma relevância social e pedagógica”. (OLIVEIRA, GONÇALVES, 2015, p. 9). Segundo as autoras, o “estereótipo, enquanto generalização do ser negro sob uma visão preconceituosa que prevê uma negatividade, acaba por perpetuar o sistema colonizador” (IDEM, 2015, p. 13), o que deveria ser combatido pela escola.

Vale ressaltarmos aqui um episódio de violência racial presenciado pelas autoras, justamente com um menino que já havia falado com elas sobre o *bullying* que sofreu por questões da cor:

No meio das atividades, o mesmo aluno negro, Rafael, com quem eu tinha conversado anteriormente sobre as questões étnico-raciais, estava conversando com outro colega quando ouvi este gritar: Ah, seu *preto fudido!* Virei-me e perguntei o que ele tinha dito e ele, sem graça, me disse: Ele é meu amigo. Aí outro colega que estava por perto disse: Ele disse “seu preto fudido”, tia. Eu disse que ele não deveria dizer isso, que tanto o preto quanto o branco tinham valor. O menino se mostra sem graça e continua sua atividade (DIÁRIO, 2013). (OLIVEIRA, GONÇALVES, 2015, p. 11, grifo das autoras).

As pesquisadoras relataram que esse aluno agredido ficou sem reação, parecendo envergonhado e sem saber como lidar com a situação, enquanto que o outro colega, que o agrediu, se esquivou da culpa, afirmando que era seu amigo, ou seja, o incidente não teria passado de um desentendimento entre colegas. Ficou evidenciado que o agressor sabia que sua atitude estava errada e que está aprendendo, desde a escola, a mascarar o preconceito racial.

Ademais, as autoras salientaram a importância de a escola, mediante suas ações pedagógicas, produzir um novo sujeito negro, capaz de “sair do campo indefinido, pardo, e assumir sua identidade negra [...] do lugar da inferioridade para a potencialidade [...] sabendo enfrentar qualquer atitude discriminatória a partir de uma autoestima elevada e confiante”. (OLIVEIRA, GONÇALVES, 2015, p. 17).

Por fim, retomamos aqui dois artigos produzidos por uma das autoras, com vistas a ratificar nossa trajetória constante de problematizar a temática em estudo.

No texto intitulado “Um não-lugar escolar para crianças afrodescendentes da periferia das periferias”, as autoras Maria Cristina Schefer e Gelsa Knijnik (2016) realizaram uma pesquisa do tipo etnográfica, problematizando a educação escolar de



grupos que historicamente estão à margem da sociedade. No artigo, define-se como um não-lugar escolar a periferia das periferias. A referida pesquisa analisou, durante quatro meses, o cotidiano de uma escola situada na periferia das periferias de uma cidade dormitório da região metropolitana de Porto Alegre (RS). A partir das observações, reuniram-se, em Diário de Campo, 125 relatos de situações inusitadas vivenciadas por Schefer em 2015, as quais foram nomeadas de “episódios chaves”.

Destacamos que, conforme a documentação escolar, na ocasião da matrícula, a maioria dos pais declara que seus filhos são pardos ou negros. Ressaltamos aqui o episódio registrado no 58º dia na escola:

um ex-aluno afrodescendente, de 11 anos, foi visitar a professora B. Quando ambos entraram na secretaria, ela pediu que ele levantasse a camiseta para eu ver algo [...]. O menino tinha o tórax e um dos braços deformados por fogo, com ausência de movimentos. A professora contou que ele passou três meses no hospital, no ano anterior, e quase faleceu: *O acidente se deu no corte de mato, segundo explicaram; foi pegar a querosene quente para alcançar ao pai que estava fazendo tora, e a lata virou sobre a fogueira e explodiu nele [...].* Questionei sobre o trabalho infantil. Disseram que não adianta, *tem quem empregue*. Os pais levam os filhos, e eles gostam de *ganhar uns trocos*. Antes de o menino ir embora, várias crianças o rodearam, pediram para ver sua barriga e as costas, e ele foi mostrando e recontando como se tudo não passasse de uma “arte infantil.” (Anotações de Diário de Campo / Profa. B: set. de 2011, grifos nossos)

Na atualidade, é sabido por todos que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é proibido o trabalho infantil. O artigo 60 da Lei 8.069/1990 é claro quando diz: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade”. Ocorre que, na periferia das periferias, é como se existisse outra forma de organização, em que a lei da sobrevivência fala mais alto, sobrepondo-se, inclusive, aos riscos de vida. Desconsidera-se a condição de sujeitos em desenvolvimento que deveriam estar sendo protegidos, conforme preconiza a referida legislação. Não é possível não nos questionarmos, não nos chocarmos, ao ler tal relato e imaginar que essa é a realidade de muitas crianças e adolescentes afrodescendentes que estão tendo seus direitos básicos violados diariamente.

No artigo “Memórias de estudantes negras: ‘ex-alunas pretinhas’ do Litoral Norte do Rio Grande do Sul”, de Maria Cristina Schefer, a autora apresenta um estudo etnográfico, trazendo excertos de vidas escolares de quatro estudantes pretas que na época



(2016) cursavam o Ensino Técnico em uma escola pública de Ensino Médio da região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. As participantes da pesquisa narraram suas vivências no ambiente escolar, e Schefer buscou compreender como o *bullying* racial/sexista interferiu nas aprendizagens das alunas durante a vida escolar, bem como quais foram as práticas escolares que contribuíram para que ultrapassassem os obstáculos encontrados e chegassem ao Ensino Médio.

A autora chamou atenção para o fato de que as quatro alunas nasceram a partir do ano de 1996, ou seja, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, entre outras legislações que, em tese, deveriam garantir os direitos de crianças e adolescentes, entendidos como cidadãos de direitos, em uma doutrina que preconiza a proteção integral das pessoas em desenvolvimento. Contudo, as narrativas evidenciaram que as práticas educativas nem sempre asseguram esses direitos, como no depoimento que foi incluído no artigo:

Enquanto eu era pequena, eu não sabia que eu era diferente, nem na escola me tratavam mal... Depois (quando eu estava com uns dez anos), começaram a rir de minhas trancinhas, me chamavam de vaquinha (...). A professora mandava eu me afastar de quem me caçoava e só. (Transcrição de videogravação / ago. de 2016). (SCHEFER, 2017, p. 5).

Segundo a pesquisadora, as quatro estudantes informaram que na infância (durante a Educação Infantil) não sentiram preconceito na escola, não sofreram *bullying* racial, e que o processo de rejeição verbal ou não verbal se iniciou na pré-adolescência ou na adolescência. Além disso, todas as participantes mencionaram a isenção de profissionais das escolas quando receberam suas reclamações sobre as humilhações que estavam sofrendo. Trata-se de algo inadmissível, tendo em vista o ordenamento legal vigente. Para Schefer (2017, p. 11), “se as escolas não conseguem evitar o *bullying* racial, pelo menos podem ajudar a identificar as práticas racistas” e a contê-las de maneira eficaz.

De fato, cabe-nos questionar: quem olha para as periferias das periferias? O que o alto número de pessoas negras vivendo em condições de miserabilidade diz sobre as políticas públicas? O que o grande número de negros fora da escola revela sobre a Educação Básica?

FEMINISMO NEGRO, RESILIÊNCIA E DE PODER PARA O POVO NEGRO



No estudo “Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional”, publicado em 2019, de Viviane Inês Weschenfelder e Elí Terezinha Henn Fabris, foram analisadas narrativas autobiográficas de mulheres negras contemporâneas. Para tanto, foram selecionadas 36 narrativas, de autoras de 13 estados brasileiros, publicadas entre 2013 e 2016 no *blog* Blogueiras Negras. Essas escritas, segundo Weschenfelder e Fabris (2019, p. 7), evidenciam “não apenas a proliferação de histórias de vida de sujeitos afrodescendentes no contemporâneo, mas mostram que estes sujeitos vêm construindo formas de se relacionar consigo e com os outros”. (WESCHENFELDER, FABRIS, 2019, p. 7). A positividade das escritas de si é ressaltada pelas autoras ao longo do texto; tais escritas são entendidas como disparadoras de novas discursividades sobre a mulher negra, a qual tem contribuído para que novos processos de reconhecimento e identificação com a cultura negra sejam possíveis. Segundo Weschenfelder e Fabris (2019, p. 8),

por compartilharem trajetórias e/ou experiências semelhantes, as mulheres negras identificam-se umas com as outras e se tornam referência para as demais nos processos de reelaboração de si mesmas. Deste modo, o cuidado de si implica também cuidado das outras, o que as mulheres negras chamam de sororidade negra.

Sororidade é um termo que já vem sendo utilizado há algum tempo dentro do movimento feminista e significa a união e a aliança entre as mulheres, baseando-se na empatia e no companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum. O conceito de sororidade está fortemente presente no feminismo, sendo definido como um aspecto de dimensão ética, política e prática desse movimento de igualdade entre os gêneros. Do ponto de vista do feminismo, a sororidade consiste no não julgamento prévio entre as próprias mulheres, que, na maioria das vezes, ajudam a fortalecer estereótipos preconceituosos criados por uma sociedade machista e patriarcal.

O artigo “Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira”, de Ângela Figueiredo (2018), resultou de uma pesquisa sobre a participação política e social por meio do movimento de mulheres negras, com ênfase em sua atuação no I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988), na Marcha das Mulheres Negras (2015), como



também no 13º Fórum Social Mundial (2018), entre outros. Segundo a autora (2018, p. 1085),

o debate sobre as desigualdades raciais foi ampliado para diferentes setores da sociedade, deixando de estar presente somente no discurso de ativistas, ainda que não tenha sido assumido por nenhum partido político que atue especificamente em prol da população negra. Eu diria que o próprio conceito de ativismo foi ampliando. Assim como constatamos, de forma crescente, o alargamento do debate sobre o feminismo negro e sobre o empoderamento feminino em suas dimensões políticas e estéticas.

O estudo abordou o protagonismo das mulheres negras nos mais diferentes aspectos da vida social, resgatando contextos históricos, como o fato de que, no passado, as mulheres negras rejeitaram a alcunha de feministas negras. Ao contrário, atualmente, segundo Figueiredo (2018, p. 1091),

há um número crescente de mulheres, sobretudo jovens que se autodefinem como feministas negras [...] essa maior aceitação repercute significativas mudanças na sociedade, ao tempo em que contribui para estas mudanças e, principalmente, demonstra uma nova ressignificação do feminismo.

De acordo com a perspectiva teórica do feminismo negro, consideramos que a posição ocupada pelas mulheres na estrutura desigual das relações de poder, quando tratamos de gênero, raça e classe, faz com que as mulheres negras ocupem um lugar privilegiado na atualidade, protagonizando um importante papel político. Vale ressaltar que a autora considera o papel das mulheres negras importante para a manutenção da vida negra, visto que são elas que se demonstram capazes de garantir a “construção de um novo horizonte histórico, na defesa das condições de suas próprias vidas e na defesa das demais vidas do planeta” (FIGUEIREDO, 2018, p. 1095).

A título de protesto e ao mesmo tempo de exemplificação da mulher negra como sendo capaz de intervir em nome dos seus, Figueiredo fez menção a Marielle Franco, mulher negra, mãe, feminista, socióloga, ativista social, defensora dos direitos humanos e política brasileira criada na favela da Maré que ficou mundialmente conhecida após seu assassinato em 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro. Isso porque o crime teve “como objetivo político enviar uma mensagem com vistas a silenciar o atuante e combativo movimento de mulheres negras em todo o país [...] e de reinstaurar as relações rígidas e desiguais de poder na sociedade brasileira” (FIGUEIREDO, 2018, p. 1082).



Entendemos que Marielle não está mais entre nós, mas que sua luta e seus ideais estão mais vivos do que nunca, tanto que de sua morte surgiu o movimento “Marielle, presente!”, que ganhou visibilidade mundial. Em geral, a situação de resiliência informa “aos criminosos” que as mulheres negras têm uma expertise próprio, o que envolve buscar forças, inclusive, em meio às ameaças e às dores que a sociedade brasileira tem, historicamente, lhes reservado.

Janine Nina Fola Cunha, no artigo “As abordagens das mulheres negras como uma proposta afrocentrada de decolonialidade nas Américas”, publicado em 2017, reflete sobre o papel das mulheres negras intelectuais, a fim de sinalizar a necessidade do pensamento decolonial. A autora afirma que existe algo, em particular, que merece destaque e que tem a ver com o reiterado e hierárquico escalonamento social, a saber: “encontramos os homens brancos no topo, logo abaixo, as mulheres brancas, depois os homens negros e, por fim, as mulheres negras” (CUNHA, 2017, p. 303).

O racismo mostra-se como um impedimento para a vida digna dos negros em geral, mas sendo ainda pior para as mulheres negras. O certo é que os negros, segundo Cunha (2017, p.307),

tanto no Brasil, como em toda a América do Sul, sofreram e sofrem o mito de democracia racial, como matriz civilizadora e mantenedora do racismo “à brasileira”. Incluindo então a América do Norte, as mulheres negras foram e ainda são mão de obra barata e corpos disponíveis para violações, subordinações, violências sexuais e psicológicas. Foi neste contexto adverso, que as negras tiveram que se ajustar e se reconstruir, numa condição de servidão e subalternização absoluta, impetrando doloridamente nos seus corpos, formas de resistência à escravidão e à subordinação, tais como abortos, boicotes, protestos, fugas.

Cunha (2017), ao término do estudo, propõe a escuta sensível das mulheres negras como meio de compreensão da realidade negra, entendendo que eles podem contribuir de fato com equidade de direitos. A autora questionou, inclusive, até que ponto o discurso acadêmico contempla todas, já que fica restrito àquelas que são letradas. São muitas as inquietações surgidas a partir dessa análise, e não temos respostas. Contudo, temos o desejo de problematizar a temática e buscar alternativas. Acreditamos que o caminho seja construído em espaços coletivos, onde a população negra possa exercer o protagonismo social, assumindo um papel de resistência e resiliência frente ao contexto atual.



No artigo intitulado “O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso”, Patrícia Hills Collins (2017), a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada com inúmeros teóricos americanos, aborda as diferenças e as semelhanças entre mulherismo e feminismo no contexto das tradições afro-americanas, tendo como desafio acolher a diversidade das mulheres negras. Para Collins (2017, p. 18),

nenhum termo atualmente existente representa adequadamente a substância do que os diversos grupos de mulheres negras chamam de “mulherismo” ou de “feminismo negro”. Talvez seja o momento de ir além de nomenclatura, aplicando as ideias principais advindas de mulheristas e feministas negras para a questão mais abrangente de analisar a centralidade de gênero na formação de uma gama de relações dentro das comunidades afro-americanas.

A autora afirma que o uso do termo *mulherismo* ou *feminismo* não é o mais importante, e sim identificar como os temas das lutas por direitos atingem as mulheres afro-americanas que não chegam ao Ensino Superior. A autora acena para o fato de que, embora as mulheres afro-americanas se pareçam fisicamente umas com as outras e até, às vezes, ocupem o mesmo espaço, seus mundos permanecem diferentes. Nesse sentido, Collins inclui outro marcador da diferença, que afasta as mulheres negras ou impede a comunicação, que é a classe social. Para ela, não se pode dizer que as vozes das mulheres da academia dialogam com as das mulheres não alfabetizadas, que têm lutas originárias do dia a dia, com foco na sobrevivência.

O último artigo que analisamos foi “Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate”, de Mônica Conrado e Alan Augusto Moraes Ribeiro (2017). Os autores ressaltam que há um “debate urgente que precisa ser feito no interior das comunidades negras brasileiras sobre o envolvimento dos homens negros na militância das mulheres negras sobre questões do racismo e sexismo”. (CONRADO; RIBEIRO, 2017, p. 90). Isso porque a ausência masculina, de certa forma, ratifica as normas sexistas e de gênero provindas da população branca. Por outro lado, são os homens negros os mais castigados pelo racismo, enfrentado “sem amarras” de gênero pelas feministas negras, que perdem filhos e maridos ou companheiros, cotidianamente. Para Conrado e Ribeiro (2017, p. 91),

em contexto brasileiro, o racismo mata a população negra todos os dias. Os homens negros, principalmente os jovens, são os mais encarcerados, constituindo, no país, a quarta maior população carcerária no mundo, sendo que



são os mais assassinados, atingindo um percentual de 73%, o que caracteriza o genocídio da juventude negra do país.

Os autores também salientam que, independentemente da classe social à qual pertençam negros e negras, eles estão “expostos às situações de discriminação racial” (IBIDEM). Vê-se que o racismo mata diariamente, e as balas “perdidas” sempre encontram um corpo negro. Esses são mais alguns motivos para que os homens negros participem da luta assumida pelas mulheres negras – mais do que uma luta feminista, é a união de esforços para a manutenção da vida negra.

Os estudos por nós revisados foram significativos para a organização do novo projeto de pesquisa em desenvolvimento, que visa a descrever e analisar memórias estudantis de membros de um coletivo negro sobre vivências de *bullying por injúria racial* na Educação Básica e a verificar em que medida o feminismo negro (de suas famílias) foi determinante na superação das discriminações narradas.

CONCLUSÃO

Este estudo discorreu acerca de produções acadêmicas sobre o *bullying* por injúria racial, a violência e o feminismo negro. Teve como marco espacial a Educação Básica e como recorte temporal, publicações dos últimos dez anos. Conforme verificado, nesta breve revisão bibliográfica, os autores convergem para o entendimento de que pertencer ou não a um determinado grupo étnico/racial faz diferença nas relações que se estabelecem na sociedade brasileira, em suas instituições, na escola. Em suma, a cor da pele pode ser tomada como elemento definidor do fracasso ou do sucesso escolar, sendo que o preconceito e a discriminação têm afetado os estudantes negros. Essas violências que se iniciam na escola, em atos de *bullying* por injúria racial, têm sido enfrentadas a partir das próprias famílias das vítimas, tendo a sabedoria das mulheres negras como fator determinante para a resiliência e a transformação das dores da cor em lutas, em empoderamento!

São muitas as inquietações que permanecem ao término deste estudo, e nosso desejo é que, ao darmos visibilidade tanto à problemática da violência escolar sofrida pelos estudantes negros quanto à importância das mulheres negras que acolhem essa demanda do sofrimento étnico/racial no interior de seus lares, possamos acenar para a



necessidade de políticas públicas específicas que intervenham para reduzir o problema (do *bullying* por injúria racial e/ou racismo escolar) e potencializar o “remédio” (a voz da mulher negra). Não desconsideramos os avanços que já tivemos, a partir da Constituição Cidadã, de 1988, mas entendemos que ainda há muito a ser perseguido e conquistado na luta por uma sociedade justa, igualitária e furta cor!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o *ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 10/06/2019.

COLLINS, Patricia Hill. *O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso**. Cadernos Pagu, Campinas, n.51, outubro. 2017.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. *Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 25, n.1, p. 73-97, abril de 2017.

CUNHA, Janine Nina Fola. *As abordagens das mulheres negras como uma proposta afrocentrada de decolonialidade nas Américas* (2017). Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: EST, v. 5, p. 299-312, 2017.

FIGUEIREDO, Ângela. *Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira*. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1080-1099, junho. 2018.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre. Editora da UFRGS: 2009

OLIVEIRA Mizaél de, N. C., & Ribeiro Dias GONÇALVES, L. *CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA SALA DE AULA: passando por bruxa negra e de preto fudido a pretinho no poder*. Revista Eletrônica da Pós-Graduação em Educação. UFG - Regional Jataí v. 11, n. 2, 2015.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. *NEGRO E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS NOS ESTUDOS DOS ANOS 1980 E 1990*. Tópicos Educacionais, Recife, v. 20, n. 1, jan/jun. 2014.

SCHEFER, Maria Cristina. *Memórias de estudantes negras: “ex-alunas pretinhas” do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Canoas, RS, junho. 2017.



_____, Maria Cristina e KNIJNIK, Gelsa. *Um não-lugar escolar para crianças afro-descendentes da periferia das periferias*. Revista da ABPN, Goiás, v. 8, n. 19, p. 261-277, mar/jun. 2016.

SCHOLZ, D.C., SILVEIRA, M.I., & SILVEIRA, P.C. *As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras*. Identidade!, São Leopoldo, v. 19 n. 2, p. 61-74, jul./dez. 2014.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; FABRIS, Elí Terezinha Henn. *Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

Recebido em: 12/06/2020

Aprovado em: 05/01/2021